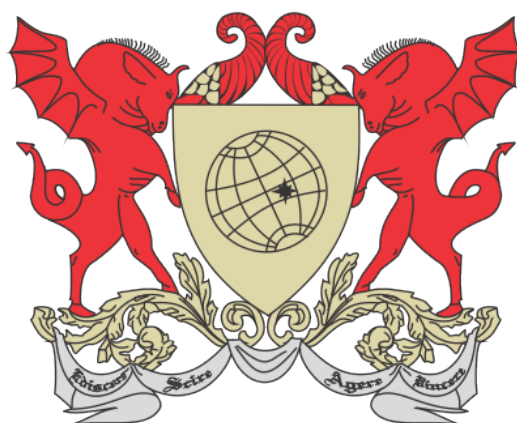


Universidade Federal de Viçosa

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Departamento de Ciências Sociais



EDUCAÇÃO DO CAMPO: a trajetória de uma proposta educacional.

Autora: Camila da Silva Oliveira

Orientador: Fabrício Roberto Costa Oliveira

Viçosa

Junho/2016

Camila da Silva Oliveira

EDUCAÇÃO DO CAMPO: a trajetória de uma proposta educacional.

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa.

Viçosa-MG

2016

Camila da Silva Oliveira

EDUCAÇÃO DO CAMPO: a trajetória de uma proposta educacional.

Monografia, apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada: 23 de Junho de 2016

Fabício Roberto Costa Oliveira (Orientador) DCS

Marcelo José Oliveira (Membro) DME

Rogéria da Silva Martins (Membro) DCS

**Viçosa-MG
2016**

**“Porque Dele, e por Ele e para Ele, são todas as coisas;
glória, pois, a Ele eternamente. Amém” Rom 11:3**

FICHA CATALOGRÁFICA

SUMÁRIO

Resumo	7
Abstract	7
Introdução	8
Capítulo I – Desigualdade entre urbano e rural: Movimentos Sociais e a questão da educação	11
Capítulo II – Educação e Movimentos Sociais no campo: o questionamento da desigualdade na luta pela identidade.....	20
Capítulo III – A ampliação das licenciaturas em Educação no Campo	30
Capítulo IV – Educação no Campo no contexto da UFV	38
Considerações Finais	44
Referências Bibliográficas	47

Resumo

O presente trabalho é uma pesquisa que utiliza dados do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação no Campo da UFV, e que pretende aprofundar no tema sobre os desafios encontrados na Educação do Campo. Após uma longa pesquisa, esse tema foi escolhido pelo fato da educação do campo ser um tema muito rico em possibilidades de reflexão para ser discutido. Assim, apresenta diversas possibilidades de pesquisas, uma vez que múltiplos desafios são vivenciados pelos educadores e educandos no cotidiano escolar e em outros espaços socioeducativos. Em geral, são educadores que buscam transformar informações em conhecimento e reflexão sobre processos desigualdades permanentes da educação do campo, trazendo, assim, a luta contra a desigualdade em seu próprio projeto. A principal questão da pesquisa foi aprofundar sobre a ação pela educação no campo, passando pela luta dos movimentos sociais, pois a educação do campo, busca uma luta constante para efetivar uma educação de qualidade para todos. Nesse trabalho, vamos salientar a importância da criação de cursos de Licenciatura em educação no campo e como esses cursos têm o potencial de modificar a nova geração de escolas do campo, trazendo uma educação diversificada. Assim, abordaremos de forma significativa essa nova proposta de cursos de licenciaturas no Brasil, com o objetivo de trazer à tona as modificações ao longo do tempo e as novas perspectivas de uma educação de qualidade para todos.

Abstract

This work is a bibliographic research that aims to deepen the theme of the challenges in education in the field. After a long search, this theme was chosen because the field of education not be a much discussed topic in this regard, various possibilities and challenges are experienced by educators and learners in school life and other socio-educational spaces in seeking to transform information into knowledge, thus bringing the struggle for equality in education in the field. The main research question was to deepen on the action for education in the field, through the struggle of social movements, because education in the field, search a constant struggle to effect a quality education for all. In this work we stress the importance of creating education degree courses in the field and how these courses may modify the new generation of schools in the countryside, bringing a diverse education. So we discuss significantly this proposed new undergraduate courses in Brazil, with the aim of bringing out the changes over time and new prospects for a quality education for all.

INTRODUÇÃO

Para entendermos melhor o atual contexto da educação do campo no Brasil, levantaremos a discussão sobre a oposição entre campo e cidade e a necessidade ou não de currículos diferenciados para esse público. Existe a justificativa de que as pessoas do campo precisam de um currículo com conhecimentos específicos, diferente dos demais existentes, que acabam por privilegiar conhecimentos urbanos.

Há quem defenda que é preciso mudar o currículo de todos e não somente o endereçado às pessoas do campo. Assim, vemos que os ensinamentos que proporcionados às populações rurais não atendem de forma significativa às suas expectativas, uma vez que a cultura do meio rural produz uma escola diferenciada e que as políticas educacionais não têm uma preocupação com a realidade do campo e suas especificidades.

Com isso, podemos observar que a educação do campo tem mobilizado gama de setores da sociedade, como a universidade, que a partir da luta dos trabalhadores rurais, organizados em movimentos sindicais e sociais têm buscado a contextualização de uma educação pensada e voltada para os interesses do campo.

A partir de então, resgataremos a história de luta dos trabalhadores do campo pela educação e a luta associada à militância para a reforma agrária e exemplificar as diferenças que estruturam a educação do campo, pois essa luta tem ganhado lugar na agenda política do país nos últimos anos, fruto de movimentos e organizações dos trabalhadores rurais.

A educação no campo expressa a força dessa luta em relação a busca por uma educação igualitária e de qualidade, ao invés de uma visão de que rural seja sinônimo de atrasado, a visão de educação do campo valoriza os conhecimentos específicos das práticas sociais dos camponeses e coloca o campo como um lugar de trabalho, moradia, identidade e sociabilidade, um lugar de possibilidades e reprodução social.

Os movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), demandam do Estado iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo. Nos dias atuais, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação têm organizado eventos de formação continuada de professores e seminários objetivando a

discussão/ construção de políticas públicas da educação do campo. Também, as experiências do tipo parcerias, entre movimentos sociais, governos e universidades, vêm sendo desenvolvidas no Brasil objetivando a formação de professores.

O Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), oriundo das discussões desenvolvidas no I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) realizado em 1997, tem sido o principal programa destinado às parcerias de educação na reforma agrária. No PRONERA, existem projetos de educação de jovens e adultos visando à alfabetização, escolarização e capacitação dos trabalhadores dos assentamentos da reforma agrária, além de projetos de formação inicial como a Pedagogia da Terra e a licenciatura em educação do campo. Existem projetos de formação continuada como a especialização lato sensu em educação do campo. Os cursos de Letras, História, Geografia e Agronomia também são desenvolvidos no contexto do PRONERA(Souza, 2011).

Desse modo, discutiremos também a expansão das licenciaturas em Educação do Campo considerando diversos aspectos referentes a essa ampliação visível de formação de educadores específicos do campo e como essa conquista dos fundos públicos do Estado para manter essas diversas graduações pode ser vista como uma vitória dos movimentos sociais. Leva-se em consideração os diversos desafios encontrados para a manutenção e expansão dessa área específica de graduação.

Sendo assim, no primeiro capítulo: “Desigualdade entre urbano e rural: Movimentos Sociais e a questão da educação”, trataremos sobre a luta da educação no campo e seus direitos e como os movimentos sociais lutam para uma educação igualitária e acessível a todos sujeitos do campo, e a discussão sobre o papel da educação no e do campo.

No segundo capítulo: “Educação e movimentos Sociais no Campo: o questionamento da desigualdade na luta pela identidade”, enfatizaremos o espaço que a educação no campo vêm conquistando diante da luta dos movimentos sociais, trazendo um novo sentido na defesa de uma educação articulada e voltada para a expansão da educação no campo.

No terceiro capítulo: “A ampliação das licenciaturas em Educação no Campo”, trataremos todo o contexto da inserção dessa nova modalidade de ensino superior e todos os desafios encontrados para propor um currículo abrangente e específico para alunos do campo.

E por fim, no quarto e último capítulo: Educação no Campo no Contexto da Universidade Federal de Viçosa (UFV), contextualizaremos o curso de Educação no campo da UFV com uma análise do Projeto Político Pedagógico desse curso (2013) e os programas oferecidos nessa instituição que visam melhorar e unificar a população juntamente com a comunidade acadêmica para uma melhor organização da sociedade e integração com a população do campo.

CAPÍTULO I

“Desigualdades entre urbano e rural: Movimentos Sociais e a questão da educação”

As desigualdades entre as áreas rurais e urbanas principalmente na América Latina são rigorosas. Os territórios rurais têm maior dificuldade de acesso à saúde, educação e oportunidades de emprego, é o que relata o documento “Pobreza e Igualdade 2011: América Latina”, publicado em 24 de abril de 2012, no site de conexão da ONU (Organização das Nações Unidas, acessado em 28 de março de 2016).

Segundo Caldar (2014), a educação do campo encontra-se em um novo paradigma de luta e trabalho por parte dos movimentos sociais que buscam efetivar uma educação de qualidade destinada a esse público visto como “ignorante, serviçal, massa fácil de manobra das elites agrárias e políticas”.

Neste contexto, a educação, como direito de todos tão bem estabelecida na Constituição Federal de 1988, é observada por sua efetivação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pautada na sua valorização, enfocando a realidade do campo. O MST vem propondo um projeto de educação radicalmente contrário ao modelo do agronegócio para o campo que relaciona à pecuária e a agricultura do ponto de vista econômico.

O MST vem desenvolvendo experiências arrojadas de educação de modo a avançar na autogestão das escolas pelos alunos, professores e comunidade, além de estabelecer profunda conexão entre Educação e trabalho no campo (Vendramini, 2007). Tilton (2006) destaca a importância da Educação na pauta do MST:

Os movimentos sociais organizados, tendo sua maior expressão no MST, há algum tempo vêm discutindo e atribuindo prioridade à educação. O MST, principalmente, através de seu lema: ‘Ocupar, resistir, produzir e preservar’ compreende que para dar concretude ao seu lema é necessário tanto a luta pela terra como a luta pela educação, entendendo que o processo de formação humana não se encerra na escola, mas que no atual estágio de desenvolvimento social, a escola assume papel destacado nesse processo de formação (TITTON, 2006, p. 75).

Segundo Caldart (2004, p.52), é importante pensar numa educação em que as pessoas possam participar em seus respectivos territórios: “o povo tem direito a ser educado onde vive; o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com

a sua participação, vinculada a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. Compreende que um direito opõe-se às necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. (Chauí, 2002, p. 334)

Mesmo tendo todos os seus direitos amparados legalmente, as desigualdades educacionais entre zona rural e urbana ainda é um fato em pleno século XXI, milhares de crianças e jovens enfrentam inúmeras barreiras para concluir as etapas do ensino fundamental e médio, uma vez que a prioridade das políticas públicas é o atendimento escolar até o 5º ano do ensino fundamental, depois disso, o aluno normalmente se desloca para outras cidades atrás de escolas que ofereçam o ensino médio (Fernandes, 2011).

Essa realidade é confirmada ao constatar dados fornecidos pela Revista Educação (2015). Nesta, afirma-se que, no Brasil, as matrículas no campo representam um percentual de apenas 13% da totalidade, sendo mais de 6,6 milhões de crianças e jovens espalhados em 83 mil escolas rurais. É um número expressivo e muito relevante para a história do país. E para complicar ainda mais, é importante destacar que muitas escolas do meio rural têm sido fechadas e os alunos “agregados” às escolas urbanas. Observa-se que está acontecendo um afunilamento da oferta.

Os movimentos sociais e sindicais do campo vêm lutando por um processo que dê garantia de seus direitos a terra, a saúde e também, não menos importante o direito à educação. A educação no campo vai muito além da dimensão escolar, englobando processos da reprodução social onde eles estão inseridos. A luta é contra tais desigualdades enfrentadas no direito à educação e à precariedade do direito à educação escolar no meio rural (Arroyo, 2015, p. 233).

Molina et.al,(2015) deixa claro que é preciso levar em consideração a importância de focar nas desigualdades a fim de realizar ações capazes de efetivar mudanças satisfatórias na realidade educacional do Brasil. Para o desenvolvimento do território camponês é necessária uma política educacional que entenda sua diversidade e amplitude e entenda a população camponesa como protagonista propositiva de políticas e não como beneficiários e ou usuários (Fernandes, 2005).

A negligência das políticas específicas para o campo é uma das principais causas da desigualdade existente entre o campo e o meio urbano. É intensa as desigualdades econômicas e sociais historicamente sofridas pelos sujeitos do campo. Conhecer as

marcas das desigualdades do sistema escolar do campo é condição fundamental para se compreender os resultados obtidos por suas escolas e, principalmente, para se construir os caminhos necessários à sua superação (Casassus, 2002).

Outra problemática enfrentada pelos camponeses, na atualidade, é o processo de fechamento de escolas denominado nucleação escolar. Lembrando que no processo de nucleação são fechadas escolas ou etapas de ensino. Na zona rural, o processo de nucleação das escolas vem aliado ao de transporte escolar que, em sua maioria, precisa deslocar o aluno para escolas urbanas, contrapondo aos princípios dos movimentos sociais que lutam por uma educação de qualidade no campo.

Alguns desses impactos são apontados por Kremer (2010) que ao pesquisar o processo de nucleação escolar em Bom Retiro/SC constatou que o mesmo pode implicar no desenraizamento e na mudança de atitudes e valores de muitos jovens de áreas rurais, entre outras questões.

O que o movimento por uma Educação do Campo reivindica é uma educação do e no campo, comprometida com seu lugar e seus povos, sendo o fechamento de escolas rurais uma contradição na luta do movimento por educação de qualidade em áreas rurais. Assim, há uma perspectiva que destaca as condições para a nucleação. Levando em consideração a dificuldade de muitas crianças chegarem na escola, pensa-se na nucleação das escolas, para isso é de extrema importância que haja escolas próximas e de qualidade que atendam à maioria, senão a totalidade de crianças para que desfrutem de uma educação de qualidade e que não seja necessário um grande deslocamento para tal fim.

Não somos a priori contra a junção de escolas menores numa escola maior (em alguns lugares, chamada de nucleação de escolas), desde que observadas algumas condições: que isso não represente um deslocamento muito grande para as crianças, especialmente as menores; que essas escolas sejam no próprio meio rural; que haja efetiva melhoria das condições de infraestrutura e de qualificação dos profissionais da educação envolvidos e que a organização curricular seja planejada de modo a incluir uma efetiva relação dos alunos/alunas com sua comunidade de origem. Não podemos deixar de considerar também o papel da escola no desenvolvimento cultural das comunidades. Por isso, a decisão de nuclear escolas não pode ser tomada somente em função de cálculos econômicos. (KOLLING; NÉRY; MOLINA apud KREMER 2010, p. 3).

De acordo com o estudo “Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise, publicado pelo Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada” (2012), nos últimos anos registrou-se um processo acelerado de fechamento de escolas no campo, só entre

2009 e 2010, foram fechadas 24.000 escolas em todo o Brasil, dentre elas, 80% eram escolas rurais (MST, 2011).

[...] a redução do número de escolas no campo é, de certa forma, um processo esperado, já que a população rural do Brasil tem diminuído nos últimos anos. Os dados do Censo Demográfico mostram que, de 2000 a 2010, a redução foi de aproximadamente 6%. No entanto, o ritmo do fechamento de escolas do campo tem sido maior do que o da diminuição no número de alunos matriculados na educação básica que residem no campo. (UNICEF, 2013, p. 14.)

Subsequentemente vem a dificuldade de acesso às escolas que tem se agravado muito com a diminuição do número de estabelecimentos rurais. Para o Ipea, em 2008, eram 2,5 milhões de crianças e adolescentes que se deslocavam diariamente do campo até as cidades para estudar, em 2010, aproximadamente 2,7 milhões. Muitos acabam se mudando para as áreas urbanas a fim de concluir os estudos. As baixas taxas de frequência à escola na zona rural, em especial, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, são reflexos da falta de opção daqueles que não podem ou não querem sair do campo para estudar.

O fechamento de escolas causa transtorno às famílias camponesas. A esse respeito o MST se posiciona afirmando os problemas dos transportes e seus impactos para a cidadania, e isso pode desenvolver estes aspectos, para as famílias atingidas com o fechamento das escolas causaria uma série de problemas, uma vez que as escolas nas cidades são muito longe das moradias de cada aluno, a distancia a ser percorrida todos os dias, e muitas vezes impedindo até mesmo que os pais permitam que seus filhos se matriculem.

Para essas famílias camponesas, o anúncio do fechamento de uma escola na sua comunidade ou nas redondezas significa relegar seus filhos ao transporte escolar precarizado, às longas viagens diárias de ida e volta, saindo de madrugada e chegando no meio da tarde; à perda da convivência familiar, ao abandono da cultura do trabalho do campo e a tantos outros problemas. [...] 3 Portanto, fechar uma escola do campo significa privar milhares de jovens de seu direito à escolarização, à formação como cidadãos e ao ensino que contemple e se dê em sua realidade e como parte de sua cultura. Num país de milhares de analfabetos, impedir por motivos econômicos ou administrativos o acesso dos jovens à escola é, sim, um crime! (MST, 2011).

Para entender um pouco melhor o conceito de desigualdade urbano e rural atrelado à educação veremos como é a realidade da educação no campo. Sobre isso, Molina (2015) afirma que a intensa dominação econômica e hegemonia cultural da

agricultura capitalista sobre a camponesa potencializou a polarização sofrida pelo embate entre a agricultura voltada para os negócios e a voltada para a produção de alimentos. Ainda, de acordo com a autora Molina (2015), há a ausência de políticas específicas para o campo, ou seja, há ausência de ações do Estado em larga escala para superar as desigualdades, o que acaba por reproduzi-la. Ela defende a necessidade de um conjunto de políticas que envolvam todas as esferas governamentais. A Educação do Campo inclui os processos culturais e as táticas de relações de trabalho e de socialização vividas pelos sujeitos do campo e que lutam constantemente para que sua identidade seja reconhecida.

O direito a educação e a escola fazem parte dessa luta constante, mas as desigualdades ainda são muitas, uma vez que a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, é de 23,3% na área rural, muito maior que na zona urbana, que é 7,6%; a escolaridade média da população de 15 anos ou mais, que vive na zona rural, é de 4,5 anos, enquanto no meio urbano, na mesma faixa etária, encontra-se em 7,8 anos; as condições de funcionamento das escolas de ensino fundamental são extremamente precárias, pois 75% dos alunos são atendidos em escolas que não dispõem de biblioteca, 98% em escolas que não possuem laboratório de ciências, 92% em escolas que não têm acesso à internet (MOLINA, 2015, p. 19).

Molina (2015) ressalta a questão do abandono das escolas rurais pelo Estado, onde o Movimento da Educação do Campo tenta construir uma nova concepção de escola, questionando o modelo tradicional de educação no campo e a forma como é ensinado, como lidar com o conhecimento e a população ao redor.

Molina (2015) afirma que a formação de professores e a questão da educação e diversidades vivenciadas na educação no campo levam em conta os diferentes saberes e linguagens presentes em seu espaço de convívio. A frente de todas as características particulares em que se encontra a educação no campo, uma importante é manter a identidade dos professores e, para isso, é necessário uma formação específica para quem atua em comunidades rurais, sendo assim capazes de construir práticas pedagógicas e dinâmicas dentro do contexto que se encontram. Para se ter a igualdade dos direitos à educação de qualidade é preciso uma demanda de políticas específicas e afirmativas para a população do campo que se diferencia da população urbana.

Ao lidar com os direitos a educação, observa-se a importância de propor alternativas de combate a exclusão social fazendo com que todos tenham direito de se sentirem parte da sociedade, sendo essencial adotar métodos que combatam essa

exclusão, para que desse modo, todos tenham o mesmo acesso aos direitos básicos da sociedade e que as políticas adotadas sejam capazes de gerar transformações para uma sociedade mais justa. Para tanto, o papel do educador é essencial já que ele faz parte da rotina dos alunos.

Segundo Arroyo (2007), a defesa do direito de uma educação igualitária para todos é uma luta dos movimentos sociais, em que se defende a escola pública do e no campo em que marca as raízes culturais e territoriais de uma comunidade que busca sua própria identidade, a escola no campo é o símbolo dessa cultura, e esse espaço que é a escola revelam os vínculos de suas tradições, para a socialização, sociabilidade e educação de suas crianças. Não é apenas um direito igual, mas a compreensão desse vínculo entre escola e identidade social.

Para se pensar sobre os diversos desafios enfrentados ao longo da questão da educação no campo e toda sua trajetória e seus significados, essa construção foi pautada na constante luta dos movimentos sociais, que por sua vez tentando ser compreendido e discutir o sentido específico dos sujeitos sociais do campo, sendo sua brecha no campo da política pública, que é marcado por fortes tensões e contradições sociais.

A educação do campo nasceu como uma pressão dos movimentos sociais por uma política educacional que atendesse às necessidades das comunidades camponesas, juntamente com o movimento dos sem-terra que lutava pela implementação de escolas públicas e suas experiências com a educação e até mesmo seu território e sua identidade.

A Educação do Campo nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A Educação do Campo emergiu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico colasse a sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade (Caldart, 2008, p. 45-46).

O movimento social no campo representa uma nova consciência de direitos, à terra, ao trabalho, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram o quanto se reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 2004, p.22).

Para Caldart (2008), os movimentos sociais como sujeitos coletivos trazem a luta pela educação e escola como seus direitos ao entenderem que essa luta vem

articulada como o direito à moradia, saúde e até mesmo segurança, uma vez que são condições de vida nos processo de formação do ser humano. Desse modo, essa demanda desafia a agenda política do país e disputam significados sociais, culturais e políticos, pois necessita de um diálogo entre Estado e Sociedade para a formação e realização de controle social das políticas aplicadas a tal processo, desafiando a produção de uma política cultural a partir da construção de novos valores e sentidos para mudar a realidade até então existente.

Os movimentos sociais como sujeitos coletivos disputam projetos de desenvolvimento, ao tecerem no imediato da ação e no mediato do pedagógico e das políticas culturais, um projeto político alternativo ao projeto neoliberal que faz emergir o compromisso coletivo com as estratégias de desenvolvimento e de inclusão social e política. (Caldart, 2008),

Essas estratégias se constituem como um processo de formação de base importante porque ajudam na construção de referenciais que levam as pessoas a lutarem contra a subalternidade, e têm contribuído para se repensar o papel da educação escolar e não escolar dentro da nossa sociedade na construção do desenvolvimento sustentável, inclusive inovando na legislação que, pela primeira vez, faz referência aos movimentos sociais como fundamentais para a construção do projeto político-pedagógico das escolas do campo. Assim, os sujeitos inseridos no campo desenvolvem e recriam as relações educacionais e sua relação com o educador dentro de sua própria realidade, uma relação que não se dissocia do mundo dos fatos e de suas próprias vidas , buscando nas linguagens e na cultura suportes e caminhos para a construção de uma educação de qualidade para todos os sujeitos do campo(Caldart, 2008).

Segundo Hade (2004) as lutas enfrentadas no âmbito da educação no campo trouxeram experiências e conquistas para uma educação de qualidade e igualitária pra todos os sujeitos do campo. A primeira conquista importante nesse campo, envolvendo a participação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, MEC, CONSED, UNDIME, universidades e instituições de pesquisa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e de organizações não governamentais foi a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, que se constituem num conjunto de princípios e procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às políticas curriculares nacionais vigentes intencionando legitimar a identidade própria dessas escolas, que deve ser definida ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos povos do campo, em sua

memória coletiva, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais, contemplando o campo em sua diversidade social, cultural, política, econômica, de gênero, geração e etnia (CNE/CEB. Resolução nº 1, de 3 de Abril de 2002).

Outros marcos legais regulatórios das escolas de Educação Básica do Campo também foram estabelecidos e devem ser apropriados pelos gestores públicos, assim como pelos movimentos e organizações sociais do campo e comunidades escolares a fim de que se materializem e possam promover as alterações necessárias nas precárias condições em que a oferta de ensino tem sido disponibilizada no meio rural. Trata-se da Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica de nº 2, de 28 de Abril de 2008 (CNE/CEB, 2008), que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; da Resolução do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica de nº 4, de 13 de Julho de 2010 (CNE/CEB, 2010), que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica da Educação Básica e define a identidade da escola do campo; e do Parecer nº 1, de 15 de Março de 2006 (CNE/CEB 2006) que reconhece os Dias Letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância.

Ainda no âmbito dos marcos regulatórios, o presidente Lula da Silva, através do Decreto de nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010, contribuiu para o fortalecimento e consolidação da Educação no meio rural, ao estabelecer referências sobre a política de educação do campo e a regulamentação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (Brasil, 2010), alçando a Educação do Campo à condição potencial de política de Estado. Segundo o Decreto, a política de Educação do Campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de Educação Básica e Superior às populações do campo, e a oferta deve ser de responsabilidade compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto em seus próprios artigos (Art.1º).

Sobre as populações do campo, a diversidade é reafirmada, ao serem compreendidas no Decreto como agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos; e ao estabelecer-se que

a escola deve atender a esses cidadãos respeitando a diversidade, nos aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, raça e etnia (§ 1º, Art.1º).

Podemos concluir nesse primeiro capítulo que a Educação no Campo entrou na pauta dos Movimentos Sociais como parte das lutas e das organizações dos sujeitos rurais e essa luta não seria apenas pela reforma Agrária , mas sim, por condições de vida e educação e de enraizamento de sua identidade. Assim para pensarmos a escola enquanto instituição social vemos o desenvolvimento de uma educação para atender principalmente as exigências políticas e econômicas , sendo que o objetivo em muitos dos casos não corresponde às demandas humanas e também sociais de quem a frequentam, principalmente a destinada a classe trabalhadora.

A Educação Rural no Brasil por motivos socioculturais sempre foi levada a planos inferiores e teve seu passado na ideologia e elitismo sempre visto no processo educacional que pensavam que o indivíduo do campo não necessitava de estudos igualmente os indivíduos da cidade. Desse modo a política de Educação do Campo passa a reivindicar dentre outros direitos sociais, o direito a políticas educacionais específicas e diferenciadas para o campo.

Para isso veremos no próximo capítulo como essa luta pela igualdade de direitos para a população campesina se deu e aos desafios voltados ao interesse do campo e ao desenvolvimento sociocultural e econômicos dos povos que habitam e trabalham no campo , atendendo às diferenças históricas e culturais para que tenham suas identidades preservadas.

Capítulo II

Educação e Movimentos Sociais no Campo: o questionamento da desigualdade na luta pela identidade

A educação popular se reconstrói através da ação das classes populares, por vezes não recebe a atenção que deveria por lidar com sujeitos excluídos do processo educativo e por vezes não aparecer com uma importância significativa dentro das escolas e universidades. Assim para se falar de educação popular podemos citar o pensamento de Paulo Freire, que originou importantes aspectos para entender sobre os sujeitos postos à margem da sociedade, é importante que a construção de um conhecimento específico se dê através do conhecimento do povo e com o povo para que haja uma realidade sobre a ótica do sujeito que ultrapasse as fronteiras e chegue até as relações de histórias sociais.

Nos últimos anos, a educação do campo vem conquistando espaço nos debates e nas políticas educacionais no Brasil, ganhando um novo sentido na defesa de uma educação articulada e na criação de condições materiais para a vida no campo. Vale lembrar que, embora tenha conquistado avanços, as derrotas não deixaram de existir, a bem disso, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) frisa que em 2013 foram registrados 1.007 conflitos por terra em todo o território brasileiro; desses, 81,1% foram provocados pela ação de fazendeiros, grileiros, madeireiros, empresários ou mineradores, ou ainda do Poder Público, por meio de prisões e ações de despejo. Um cenário que, inevitavelmente, afeta as escolas.

Em novembro de 2010, foi assinado um Decreto nº 7352, de 4 de novembro, que trata da política de educação no campo e regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Segundo o Decreto, “a educação no campo compreende da creche à graduação e a oferta é de responsabilidade compartilhada da União, Estados e Municípios”.

O decreto atribui ao governo federal a responsabilidade de criar e implementar mecanismos que assegurem a manutenção e o desenvolvimento da educação na área rural, afim de superar a defasagem histórica de acesso, e propõe o enfrentamento de quatro problemas:

redução do analfabetismo de jovens e adultos; fomento da educação básica na modalidade jovens e adultos integrando qualificação social e profissional; garantia de fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico para as escolas; promoção da inclusão digital com acesso a computadores, conexão à internet e às demais tecnologias digitais.

A Educação do Campo reconhecida como Política Pública a partir deste decreto destaca os princípios dessa política como sendo de vários temas, como a diversidade encontrada dentro da educação no campo, fatores sociais, culturais e até mesmo políticos que servem como base de incentivo para a formação de novos projetos voltados para estimular o desenvolvimento de diversas unidades escolares nos espaços públicos, podendo trazer assim um direcionamento específico para essas novas políticas, valorizando a identidade de cada escola do campo e suas metodologias que se adequam a cada realidade e as condições de cada aluno. (Brasil, 2010)

O diretor de Educação para Diversidade e Cidadania do MEC, Armênio Schimidt, em entrevista à Revista Nova Escola (2012) disse que mesmo as escolas rurais brasileiras só tenham 15% do total de matrículas em consideração ao todo, ainda sim não pode ser desprezado, pois no campo existem diversos problemas de infraestrutura, de locomoção e ambiente propício para os alunos do campo.

Além deste problema, a escola no meio urbano é consequência de uma ideologia educacional que desvaloriza o mundo rural. No campo, a cultura, o saber e os costumes são considerados de cultura primitiva de povos ignorantes, incapazes de conhecer a vida e interpretar o mundo e muitas das vezes, o professor é o responsável por esse abismo cultural entre as gerações do mundo rural. A ideologia da educação rural é presente na maioria das escolas públicas do campo brasileiro, essa lógica impõe um modelo de educação baseado nos valores da cultura urbana, desvalorizando a cultura e a identidade da população do campo, conforme aponta Souza (2011).

A concepção mais ampla de educação encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, que afirma em seu artigo 1º que: “A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

De acordo com as autoras Damasceno e Beserra (2004), os estudos envolvendo educação e movimentos sociais seguiram dois caminhos. De um lado os estudos sobre

processos de conscientização política entre camponeses, demarcando um campo de estudo da educação não formal. De outro lado, os estudos sobre a prática educativa e a formação de professores. Assim, a educação do campo vem sendo analisada no contexto dos movimentos sociais, como demanda por política pública de educação dos povos do campo. Predominam as investigações sobre a formação de professores e práticas educativas, educação de jovens e adultos no contexto das parcerias entre governos, universidades e movimentos/ organizações sociais, processos de conscientização política no movimento social, gestão da educação, entre outros.

O que, de fato, pode-se relacionar da educação rural com os movimentos sociais se dá através do processo de constituição dos movimentos e o que cada indivíduo desenvolve dentro de si e que constrói com a sua experiência com a sociedade, e, no que diz respeito a educação rural é preciso levar em conta as práticas construídas ao longo da trajetória e dos conjuntos de saberes desenvolvidos ao longo de suas práticas produtivas.

Os saberes, muitas vezes são reproduzidos nas mais diversas áreas da educação, entre ela a educação no campo, garantindo assim, o direito a cidadania a educação a terra e a saúde, abrindo margem para a luta de seus direitos esse é um processo de reprodução social que enfrenta diversas dificuldades em busca dessa luta cotidiana.

Um desafio encontrado pelos Movimentos Sociais é pensar a Educação do campo como uma escola que visualize as mudanças sociais e que consiga acompanhá-la e, junto disso, possibilite que seus sujeitos tenham experiências e um saber universal, pra que possam ser agentes transformadores capazes de participar e criar fundamentos para uma ordem social. A preocupação maior dos Movimentos Sociais é que na educação possa ter início a uma reflexão de uma Escola Básica do campo. mas que seja adequada a toda comunidade (Costa,2002).

A educação básica do campo está sendo gestada por todos os movimentos sociais e pelos profissionais de educação no campo no confronto de projetos no enfrentamento de desafios e ações que podem vir a ser transformadas em políticas públicas de educação do campo. Isto porque os movimentos que lutam pelo acesso a educação no campo já aprenderam que os direitos se realizam e se conquistam no espaço público, no confronto (Carvalho,2003).

Baseando-se nos estudos de Molina e Freitas (2011), é preciso que a Educação do Campo desenvolva modelos voltados para a população do campo, modelos que condizem com sua realidade e necessidade, que atenda o interesse de todos, um projeto

para a classe trabalhadora e assim alicerçarem uma nova concepção de sociedade e nação.

Segundo as autoras, o Movimento da Educação do Campo põe em questão o abandono das escolas rurais pelo Estado. A partir de suas práticas e suas lutas, vai construindo, simultaneamente ao seu desenvolvimento, uma nova concepção de escola. O movimento desencadeado pelos sujeitos coletivos de direito do campo interroga a tradicional escola rural na sua forma de ensinar, de lidar com o conhecimento, de tratar as relações sociais que dentro dela ocorrem, de recusar vínculos com a comunidade que está ao seu redor.

Nas escolas do campo, deve ser levada em conta a lógica do trabalho e ações coletiva. Os alunos precisam aprender que o coletivo é um poderoso instrumento para o processo de transformação social, pois envolve troca de vivências e experiências, resolução de conflitos, tomadas de decisões, convívio, aprendizado e relações além da escola com maior protagonismo e autonomia dos sujeitos.

A modalidade de ensino precisa ser repensada, é preciso trabalhar a realidade do educando, incorporar no trabalho pedagógico a materialidade da vida real dele, onde abrirá a possibilidade de ressignificar o conhecimento científico que, em si mesmo, produto de um trabalho coletivo, realizado por centenas e centenas de homens e mulheres ao longo dos séculos.

Este é um dos desafios e, ao mesmo tempo, uma das possibilidades da escola do campo: articular os conhecimentos que os educandos têm o direito de acessar a partir do trabalho com a realidade, da religação entre educação com a cultura e com os conhecimentos científicos a serem apreendidos em cada ciclo da vida e de diferentes áreas do conhecimento (Molina, 2015).

Surge daí uma grande potencialidade de dimensões formativas que foram separadas pela cultura fragmentada e individualista do capital, embora na vida real se apresentem articuladas, imbricadas, às vezes mesmo em simbiose. Além de contribuir com a construção da autonomia dos educandos, essas articulações propiciam a internalização da criticidade necessária à compreensão da inexistência da neutralidade científica, com a localização da historicidade dos diferentes conteúdos e dos contextos sócio históricos nos quais foram produzidos. (Molina, 2015).

Uma das principais características exitosas dessa estratégia, que vincula os processos de ensino-aprendizagem com a realidade social e com as condições de reprodução material dos educandos que frequentam a escola do campo, refere-se à

construção de estratégias pedagógicas capazes de superar os limites da sala de aula, construindo espaços de aprendizagem que extrapolem esse limite e que permitam a apreensão das contradições do lado de fora da sala (Molina, 2011).

Molina (2011) deixa bem claro que a intencionalidade de um projeto de formação de sujeitos que percebam criticamente as escolhas e premissas socialmente aceitas, e que sejam capazes de formular alternativas de um projeto político, atribui à escola do campo uma importante contribuição no processo mais amplo de transformação social. Ela se coloca o desafio de conceber e desenvolver uma formação contra hegemônica (a lógica camponesa concebe e trabalha o território rural em uma perspectiva multidimensional, ao contrário da perspectiva hegemônica, que concebe o campo apenas como espaço de produção de mercadorias), ou seja, de formular e executar um projeto de educação integrado a um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora, o que exige a formação integral dos trabalhadores do campo, no sentido de promover simultaneamente a transformação do mundo e a autotransformação humana.

Por isso, a escola do campo, como parte de um projeto maior da classe trabalhadora, se propõe a construir uma prática educativa que efetivamente fortaleça os camponeses para as lutas principais, no bojo da constituição histórica dos movimentos de resistência à expansão capitalista em seus territórios (Molina, Sá, 2011).

Pra ela, Municípios, Estados e União precisam se integrar melhor para implantar as medidas necessárias para otimizar o uso dos recursos públicos e, principalmente, para construir estratégias que sejam capazes de considerar as especificidades da vida no campo, como: a menor densidade populacional, a dispersão geográfica e as distâncias. E, sobretudo, ao considerar estas condições, garantir o direito à educação aos sujeitos do campo.

Para Fernandes (2001), a educação no campo tem que ser um processo de formação humana, levando em consideração as referências culturais, sociais e políticas dos sujeitos, para que os agentes estejam os mais próximos possíveis da realidade em que vivem, visando uma humanidade mais plena, essa proposta de transformação da educação no meio rural é uma proposta dos Movimentos Sociais do campo que visam uma educação de qualidade e igualitária, mas ciente de que a educação por si só, não acabará com a desigualdade social.

A educação do campo compreende como um papel fundamental, na ideia de mudar as estruturas sociais e econômicas do país, ela levará ao desenvolvimento do campo através de reforma agrária e de transformações profundas na política agrícola.

A educação não resolve por si só os problemas brasileiros, nem promove a inclusão social. Ela não levará ao desenvolvimento do campo se não for combinada com reforma agrária e com transformações profundas na política agrícola do país. É preciso ter claro isso para não cair na antiga falácia de que a educação, por si só, pode impedir o êxodo rural (FERNANDES, 2005, p. 53)

O ponto de associação dos movimentos sociais é eficaz para considerar as atitudes desses movimentos, logo em um momento em que o MST aparece como cooptados pelo governo por meio das políticas públicas ou das ações afirmativas do governo para o setor. A complexidade das condições socioeconômicas e educacionais das populações rurais exige maior coerência na construção de estratégias que visem alavancar a qualidade da Educação do Campo.

Desenhar políticas que busquem suprir as enormes desigualdades no direito ao acesso e a permanência na escola para este grupo faz parte desta estratégia, dito de outra forma: o que se busca não é somente a igualdade de acesso “tolerada” pelos liberais, mas, fundamentalmente a igualdade de resultados (Fernandes,2005).

Para Fernandes (2001, p. 24), O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) se propõe a enfrentar este grande desafio da alfabetização e elevação dos níveis de escolaridade dos jovens e adultos das áreas de reforma agrária, excluídos deste direito na idade própria. O Programa é uma política pública de educação dirigida a trabalhadores e trabalhadoras das áreas de reforma agrária, que se realiza por meio de parcerias com diferentes esferas governamentais, instituições de ensino médio e superior de caráter público ou civil sem fins lucrativos, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais para qualificação educacional dos assentados e assentadas. Seu principal objetivo é o fortalecimento da educação dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos, utilizando, para isso, metodologias voltadas à especificidade do campo.

Além disso, o Pronera visa contribuir para a promoção do desenvolvimento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental dos homens e mulheres que ali vivem. Suas principais ações estão voltadas à garantia de alfabetização

e educação fundamental de jovens e adultos acampados e acampadas e assentados e assentadas nas áreas de reforma agrária; à garantia de escolaridade e formação de educadores para atuarem naquelas áreas; à formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores de jovens e adultos (EJA) e do ensino fundamental e médio; e à garantia de escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento. (Fernandes,2005).

Ainda segundo o autor o Pronera alfabetizou, escolarizou, capacitou e graduou cerca de 500 mil jovens e adultos atendidos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Sempre em parceria com mais de 60 universidades públicas federais e estaduais, escolas técnicas, escolas-família agrícola, além de secretarias estaduais e municipais de educação. Atualmente, mais de 50 mil jovens e adultos estudam nos cursos do Pronera, seja em processo de alfabetização, nível fundamental e médio, seja nos cursos técnico-profissionalizantes de agroecologia, agropecuária, saúde, formação de educadores, nos cursos superiores de Direito, Pedagogia, Agronomia, Geografia, História, ou ainda em cursos de pós-graduação em Educação do Campo. (Fernandes,2005).

A educação no Campo enfrenta diversos desafios para tornar seus elementos concretos diante da realidade e dos desafios enfrentados nas escolas localizadas no campo e que sabemos em muitos casos, lidam com questões do poder local municipal que atrapalham seu desenvolvimento por conta da gestão educacional participativa. É importante compreender ainda que quando o sujeito do campo quer uma escola voltada para sua realidade, eles estão, antes de tudo, fazendo uma crítica ao modelo de escola que conhecem e que é o tradicional em nossa educação. Então, quando tentam resolver os seus problemas educacionais, na prática passam a participar da construção de alternativas para as escolas brasileiras em geral, em especial àquelas localizadas no meio rural (Caldart; Schwabb, 2005, p. 21).

As políticas educacionais para a educação no campo têm buscado mudar o pensamento das demandas das cidades e dos cidadãos urbanos, que tem a cidade como local de civilização, de sociabilidade e de expressão de cultura e política diferente do campo que é visto como um lugar de atrasado, de tradicionalismo cultural, isso é o que os Movimentos Sociais tentam mudar ao querer que a educação no campo seja vista da mesma forma e de igual importância. Assim, a política de educação no campo tem seus próprios propósitos, que junto com os Movimentos Sociais começaram a reivindicar

outros diretos sociais, direitos educacionais e diferenciados para o campo. (Arroyo, 2007).

Importante ressaltar que esta história da construção de políticas de formação de educadores do campo se traça repleta de desafios e tensões, que se expressam nos não só nos inúmeros problemas enfrentados nas escolas do campo onde estes educadores em formação atuam, mas também, na própria oferta dos cursos, que, de maneira geral, em todos estes anos do Pronera, desenvolveram-se com dificuldades de várias ordens. Dificuldades na relação com as próprias universidades ofertantes dos cursos, que, muitas vezes, apresentam forte resistência às matrizes formativas propostas pelos movimentos camponeses: o trabalho; a luta social; a organização coletiva; a cultura e a história. A construção do perfil do educador do campo, a partir destas matrizes formadoras vai se forjando, na maior parte das experiências, a revelia das instituições, ensinando às próprias universidades, uma nova concepção de formar educadores, a partir da ocupação, pelos sujeitos coletivos do campo, dos espaços acadêmicos

Com as demandas dos movimentos camponeses na trajetória de construção política de educação para o campo, pode se entender a educação na reforma agrária como parte do processo de educação no campo, onde pensa-se como um processo em construção que considera, em sua lógica política, a educação como parte essencial do desenvolvimento do campo. O modelo de desenvolvimento econômico, que é o agronegócio, não idealiza a educação como uma política pública, pois tem seus princípios nos exemplos do capitalismo agrário que desenvolve a educação rural por meio de diferentes instituições, enquanto, por sua vez, a educação no campo tem seus princípios os exemplos das questões agrárias, onde os camponeses são os principais sujeitos (Fernandes, 2006).

Esse reconhecimento é de extrema importância para os trabalhadores do campo, pois evidencia que a ideia de educação discutida pelos movimentos sociais para as comunidades camponesas é diferente do proposto pela educação rural, continuando assim, a luta pelos interesses das comunidades do campo, uma vez que seja respeitadas suas diferenças. Que as políticas praticadas para educação possam ser:

voltada ao interesse do campo, voltada ao interesse e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a exploração e a expropriação, ou seja, este do campo tem o sentido do pluralismo das idéias e

das concepções pedagógicas: diz respeito à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira (conforme os artigos 206 e 216 da nossa Constituição) (KOLLING; NERY; MOLINA 1999, p. 28-29).

Isto posto, podemos concluir nesse capítulo que os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social e assim constroem propostas favoráveis à educação no campo, atuando na forma de ações coletivas que agem a favor da inclusão social e igualdade educacional, levando assim o sentimento de pertencimento social àqueles que muitas vezes eram excluídos, passam a sentirem –se incluídos de alguma maneira em algum tipo de ação voltada para eles, como políticas públicas efetivas voltadas para a educação do campo. Assim vemos que a educação básica do campo é fruto de reivindicações e mobilizações das organizações e movimentos sociais que lutam por uma educação de qualidade para a população do campo. Esse debate não deve se limitar apenas ao acesso do estudante do meio rural a níveis de escolaridade, mas, sobretudo ao acesso a uma educação que valoriza a cultura e suas vivências e não ficar apenas preocupados com programas e currículos oficiais para uma educação no campo, mas com metodologias e práticas do cotidiano e procurar promover uma aproximação do conhecimento social e científico, para que a educação no campo não cause uma ruptura com a própria história desses sujeitos e sim, que possibilite um diálogo com novos olhares e perspectivas.

Assim podemos refletir que o que foi exposto acerca do histórico as educação no campo e das políticas públicas educacionais têm uma relação com a formação da sujeito do campo e também com o educador que precisa estabelecer uma contextualização quanto aos aspectos históricos, legais e conceituais das políticas públicas voltadas para a educação do campo, onde podemos destacar as principais características dessa educação como a possibilidade de transformação social conforme vimos citado por Molina, e pensarmos sobre as políticas educacionais para a formação do indivíduo do campo, a fim de identificar concepção e princípios que norteiem essa formação. Fazendo assim, necessário enfatizarmos a importância do direito de pensarmos o mundo a partir do lugar onde vivemos, pois não é possível termos referencia um lugar onde não vivenciamos e idealizarmos um mundo que não se foi vivido.

Com base nisso, entendemos que o que está em questão é a educação de uma classe trabalhadora, assim surge o desafio de primeiro se conhecer a luta histórica da educação do campo e sua atuação contra-hegemônica na conquista de políticas no

âmbito do Estado para que se possa contribuir para a construção de um novo projeto educacional para essa população.

Capítulo III

A ampliação das Licenciaturas em Educação no Campo

Segundo Molina, no período de 1995 a 2011, o número de pessoas matriculadas no ensino superior cresceu 283%, um aumento substancial, em 2011 cerca de 14,8% da população com idades entre 18 e 24 anos estava matriculada em algum curso superior. Com base nesses dados torna-se impossível não pensar que junto com o aumento é preciso aumentar também a qualidade desses cursos, uma vez que essa expansão também gerou crescimento dentro da rede privada, que teve 74% das matrículas. Apesar desse crescimento ter se dado dentro da rede privada, houve diversos programas de incentivo para a rede pública como o REUNI, PROGRAMA DE Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. (Molina, M. C, 2015, p. 4).

Frente a abrangente discussão sobre educação no campo, uma abordagem significativa seria a expansão da educação no campo a nível superior, que dá embasamento para a implementação do curso superior de licenciatura em educação no campo, se analisarmos toda a luta travada ao longo dos anos para o crescimento desenvolvimento favorável a educação no campo, essa nova modalidade de ensino seria um marco considerável na história dos Movimentos Sociais, uma vez que formariam novos educadores voltados exclusivamente para e educação no campo. (Molina, M. C, 2015, p. 3).

Da mesma maneira, o sentido da expansão da oferta das Licenciaturas em Educação do Campo não pode ser compreendido em separado dos intensos conflitos em torno do modelo de desenvolvimento hegemônico no campo na atualidade. Se o movimento da Educação do Campo compreende que a Escola do Campo deve ser uma aliada dos sujeitos sociais em luta para poderem continuar existindo enquanto camponeses; para continuar garantindo a reprodução material de suas vidas a partir do trabalho na terra, é imprescindível que a formação dos educadores que estão sendo preparados para atuar nestas escolas, considere, antes de tudo, que a existência e permanência (tanto destas escolas, quanto deste sujeitos) passa, necessariamente, pelos caminhos que se trilharão a partir dos desdobramentos da luta de classes; do resultado das forças em disputa na construção dos distintos projetos de campo na sociedade brasileira. (MOLINA, 2014).

Após a criação do Movimento por uma educação no Campo, surgiu o debate sobre a formação de docentes para atuarem especificamente para o Campo, esse debate surge dentro dos movimentos sociais e logo depois dentro das Universidades na busca pela institucionalização da educação no campo como política pública, assim são constituídas diversas parcerias com o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. (Dos Anjos, M. P. 2015)

Esse tema é bastante debatido para a formação de docentes preparados exclusivamente para a população do campo e não com uma concepção generalista de formação docente, pois a formação de um profissional generalista, tem como objetivo atender a todos e não consegue trabalhar com as especificidades. (Arroyo, 2007).

Como parte desse contexto o Procampo é uma política que tem como base a formação de educadores. Criado sob influência do Movimento da Educação no Campo, essa política substancialmente é dar auxílio e garantir a formação de educadores do próprio campo.. (Molina, M. C, 2015, p. 6).

A formação de professores no Brasil é um tema historicamente presente nos debates acadêmicos, nas preocupações dos gestores públicos e no cotidiano das escolas. Não sem razão, visto que, ao longo do tempo, observa-se que várias necessidades da prática escolar, referem-se à fragilidade na formação docente no País. Quando focalizamos a formação de professores para atuação em escolas do campo, a questão se torna ainda mais complexa. Só é possível compreendê-la puxando os fios que se entrelaçam em diferentes espaços e temporalidades e concentrando o olhar em determinados aspectos. Um trabalho de fôlego, o qual está a exigir muitas mãos, visto que suas múltiplas determinações exigirão leituras interdisciplinares. (MOLINA, 2014, p. 221).

Segundo Molina (2014, p. 221), A educação no Campo cresce em torno da precariedade pedagógica, administrativa e até mesmo física como “a presença de um professor qualificado na condição de “leigo” como indicativo da ausência e/ou escassez de uma formação adequada para o exercício da profissão.” Surge daí a preocupação dos movimentos sociais, já citados anteriormente, com a formação desses docentes com uma preparação de qualidade e que atenda as necessidades do meio onde irão atuar. Nesse contexto, observou-se a criação de políticas públicas voltadas para a alfabetização de jovens e adultos e até educação superior, para que assim pudesse ser continuada para a educação no campo.

Para esse propósito, torna-se necessário um educador que tenha compromisso, condições teóricas e práticas para desconstruir as práticas e ideias que forjaram o meio e a escola rural. Nesse sentido, as necessidades presentes na escola do campo exigem um profissional com uma formação bem mais ampliada e abrangente, capaz de compreender uma série de dimensões educativas e deformativas presentes na tensa realidade do campo na atualidade. Para tanto, precisa de uma formação que o habilite a compreender a gravidade e a complexidade dos novos processos de acumulação de capital no campo, que têm interferência direta sobre a realidade do território rural; sobre os destinos da infância e juventude do campo que ele irá educar e sobre o próprio destino e permanência das escolas do campo (Molina, 2014)

Essa nova modalidade de graduação nasce nas instituições de ensino a partir de 2007, como resultado de muita luta dos Movimentos Sociais e sindicais que vislumbravam uma política até então de formação de educadores do campo, com a criação do Procampo que teve uma de suas primeiras experiências desenvolvidas pela Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Sergipe. Logo depois dessas experiências deu-se a possibilidade de um curso de graduação lançando editais públicos, nos anos posteriores de 2008 e 2009, para que outras Universidades pelo país pudesse se candidatar.

Depois de todo esse processo, em 2011, eram trinta instituições que ofertam o curso de Licenciatura em Educação no Campo, em diversas regiões do país. Desde o início foi latente moldar o perfil do educador, capaz de compreender as contradições sociais e econômicas enfrentadas dentro desse contexto e assim, sendo capaz de contribuir para a superação das contradições enfrentadas por eles. (Molina; Sá, 2011).

Convém relembrar, ainda, importantes números da realidade rural, que reforçam essa necessidade: o precaríssimo acesso dos docentes do meio rural à educação de nível superior. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 2007, do total de funções docentes no país, atuando na modalidade regular do Ensino Fundamental e Médio, o meio rural detém 16,7%, ou seja, 311.025 profissionais em exercício, dos quais 61% não apresentam formação de nível superior, o que significa um contingente de aproximadamente 178 mil professores sem a formação adequada. (MOLINA; SÁ, 2011 p. 33).

Ainda que o Procampo tenha sido idealizado com a intenção de funcionar como uma política ampliadora ao acesso dos educadores do campo à Universidade, houve muitos desafios a serem enfrentados pelas próprias instituições que oferecem os cursos de Licenciatura em Educação no campo, que exigiam que o acesso para o curso se dêem

através de vestibular universal, deixando de fora, assim, as turmas que entrariam por critérios específicos, que poderiam ser desde que o estudante more no campo, ou a atuação dele em escolas no campo.

Com essa entrada universalista, o acesso tira a principal característica idealizada pelo Pronera, que é suprir a enorme necessidade de formação de educadores do campo e aumentar o nível de escolaridade dos jovens que estão no campo, mesmo não sendo educadores. Por isso, manter esse perfil específico entre os ingressos dessa Licenciatura é uma tarefa que será constantemente enfrentada dentro das Universidades, até que Estado promova ações capazes de promover igualdade de acesso aos direitos educacionais. (Molina; Sá, 2011, p. 35).

Dessa forma, dentro desse mesmo conceito outra política pública criada com o intuito de amparar a prática de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência. Com a fundação dessa política houve a construção de quatro cursos por comando do Ministério da Educação, como experiência, algumas instituições foram convidadas, instituições essas, ligadas a Movimentos Sociais(UFMG; UnB, UFBA E UFS), com a criação do Procampo as instituições que foram apresentadas ao projeto era as que tinham alguma experiência em Educação no Campo e cursos voltados para essa área. Logo depois, com a expansão dos cursos de Licenciatura em educação no Campo o número de instituições passou para 42, e por pressão dos Movimentos Sociais o MEC lança editais entre 2008 e 2009. (Molina, M. C, 2011)

Da mesma maneira, o sentido da expansão da oferta das Licenciaturas em Educação do Campo não pode ser compreendido em separado dos intensos conflitos em torno do modelo de desenvolvimento hegemônico no campo na atualidade. Se o movimento da Educação do Campo compreende que a Escola do Campo deve ser uma aliada dos sujeitos sociais em luta para poderem continuar existindo enquanto camponeses; para continuar garantindo a reprodução material de suas vidas a partir do trabalho na terra, é imprescindível que a formação dos educadores que estão sendo preparados para atuar nestas escolas, considere, antes de tudo, que a existência e permanência (tanto destas escolas, quanto deste sujeitos) passa, necessariamente, pelos caminhos que se trilharão a partir dos desdobramentos da luta de classes; do resultado das forças em disputa na construção dos distintos projetos de campo na sociedade brasileira. (MOLINA, 2014, p. 149).

Assim, ao pensar no perfil de capacitação da Licenciatura em Educação no Campo, pensamos nos processos que envolvem a gestão dessa modalidade uma vez que a perspectiva seja de promover e cultivar um processo formativo que oportunizasse futuros educadores e simultaneamente uma formação sólida que oferecesse um domínio da área de habilitação para o funcionamento social da escola e da comunidade em volta. Não levando para dentro da sala de aula os conflitos formados em torno do modelo hegemônico atual do campo.

Segundo Arroyo (2007), a criação de um curso voltado exclusivamente para a educação no campo, com um sistema unificado, currículos e matérias próprios vai se consolidando a ideia de que a questão da criação de educadores do campo não pode apenas ficar nas discussões e sim, ser um direito garantido, e tornando esses direitos concretos adquiridos diante de uma vasta luta dos Movimentos Sociais que reivindicam políticas de formação de educadoras e educadores.

A grande questão é que se o processo de inserção da educação no campo será tão vasta quanto foi à trajetória da educação no campo até aqui:

A formação de educadoras e educadores do campo não é mais para ser questionada, mas garantida. Vai se consolidando a consciência de que os direitos carregam as especificidades de seus sujeitos concretos, dos coletivos sociais históricos que são titulares desses direitos. A presença forte, questionadora, de coletivos de educadoras e educadores do campo nos cursos de Pedagogia da Terra desafia alunos e professores das faculdades e seus currículos nas concepções de formação e de educação, da mesma maneira como a tensa história de ocupação da terra vem questionando concepções de terra, de propriedade, de vida e de direitos, de políticas e projetos do campo. (Arroyo, 2007, p. 164)

Frente a isso, as ações dos Movimentos Sociais são para que as instituições que formarão educadores do campo sejam específicas e que garanta o direito a educação de povos isolados que fazem parte das especificações da formação de educadores do campo. Levando assim, aos direitos serem repensados de forma a ser visto a presença de educadores, indígenas ou negros dentro das instituições públicas. Assumindo as especificidades das novas dimensões do profissional, vinculado da luta social e a construção das identidades coletivas, assumindo essas características e levar para dentro do contexto da formação desses educadores. (Arroyo, 2007 p.165-166).

Para Arroyo (2007), fica clara a ideia dos Movimentos Sociais de inserir a formação em educação do MEC dentro das políticas e programas, para que haja assim, uma melhor inserção dos currículos específicos, ele exemplifica de tal forma:

“nos programas destinados à formação de educadores(as) da infância, reivindicam dar destaque ao conhecimento das formas específicas de ser criança e de viver a infância no campo, na agricultura familiar, no extrativismo, na pesca, nos quilombos e territórios indígenas; dar destaque ao preparo dos educadores(as) para a formação plena dessas infâncias”. (ARROYO, 2007, p. 161)

Assim também deve acontecer para os cursos de Educação no campo, os alunos ingressos nesse curso podem vivenciar seus valores e saberes, suas culturas para que esses se façam presentes ao longo de toda a sua formação. É importante salientar que a formação de um educador em um mundo capitalista ganha mais visibilidade no que diz respeito às variações de ordem cultural, social e até mesmo econômica e de uma mudança ainda maior no mundo do trabalho e de cada dia novas exigências no que diz respeito ao capital, então o debate sobre políticas neoliberais e até mesmo reformas educacionais e inserção de novas modalidades de ensino em educação podem ser adaptáveis aos contextos de produção do mercado cada vez mais globalizado (Oliveira, 2007).

Segundo Molina,(2011), o curso de Licenciatura em Educação no Campo tem como objetivo preparar educadores pensando na futura construção para atuarem na Educação Fundamental e do Ensino Médio, mas também na atuação deles na organização de processos educativos dentro e fora das escolas em atuação. Para tanto, a formulação curricular desse curso tem que ter em vista etapas de alternância do regime dentro e fora da escola e do campo, para que se veja a realidade específica da população do campo.

A intenção dessa metodologia é que o ingresso nessa modalidade de ensino superior não deixe de viver no campo, assim facilitando a permanência deles nas escolas do Campo. A partir de quatro áreas específicas de conhecimento, Artes, Literatura, Linguagens e Ciências Agrárias, desenvolvendo assim a matriz curricular propondo uma estratégia multidisciplinar do trabalho docente.

A habilitação de docentes por área de conhecimento tem como um dos seus objetivos ampliar as possibilidades de oferta da Educação Básica no campo, especialmente no que diz respeito ao Ensino Médio, mas a intencionalidade maior é a de contribuir com a construção de processos capazes de desencadear mudanças na lógica de utilização e de produção de conhecimento no campo, desenvolvendo processos formativos que contribuam com a maior compreensão dos sujeitos do campo da totalidade dos processos sociais nos quais estão inseridos. (CALDART, 2011, p. 22)

Com base nas fontes do MEC, 2009, o curso de Licenciatura em Educação no campo espera que esse programa desenvolva uma formação para docentes nos anos finais do ensino médio, e fundamental, uma vez que esses seriam preparados para atuarem, além da docência, trabalhe na gestão de processos educativos. A principal característica da matriz curricular de formação do docente em Educação no Campo se dá em três níveis. a) Formação Básica; b) Formação integradora; c) formação específica.

A formação básica consiste em aprofundar nos fundamentos sócio-históricos e políticos-filosóficos da educação nas especificidades do campo. A formação específica engloba a atuação profissional multidisciplinar em diferentes áreas. Como justificativa para a criação de um curso específico em Licenciatura em Educação no Campo, o MEC, utiliza a justificativa acerca da ruralidade no Brasil, e os dados sobre a precariedade das escolas do campo no país, a questão da multisseriação e a necessidade de preparar professores devidamente capacitados com conhecimento de uma perspectiva multidisciplinar.

Um dos grandes desafios na criação de uma Licenciatura específica em Educação do Campo é que esse curso tenha uma visão aprofundada e aberta de educação, levando o educador a compreender que existem diversos espaços de formação além da escola, pois as políticas gerais de acesso a educação não tem dado conta dessa realidade específica, a especificação desse curso seria fazer com que os educadores do campo dominem as questões e contradições fundamentais do campo. (Caldart, 2010, p. 135).

A formação de educadores do campo consiste de bases bem definidas, a elaboração de processos educativos e construção de projeto político pedagógico para organização do trabalho de educação no campo, e a atuação desses educadores nas comunidades rurais e trabalho com as famílias e grupos sociais, liderando equipes e organizando projetos para a atuação e implementação de trabalho social sustentável, a diferenciação dessa Licenciatura para as outras de termo tradicional é o que diferencia a atuação do docente dessa área por amplia a atuação dele no campo, a ideia é fazer que

experiência nesse curso seja diferente levando em considerações experiências na formação e estruturação desse profissional. (Caldart, 2010, p. 132 e 133).

Concluimos assim que para manter um perfil específico para as Licenciaturas é preciso ajuda de todos os envolvidos e que deve ser enfrentado frequentemente e o apoio da sociedade para que a compreensão sobre a necessidade da intervenção do Estado seja entendida para que haja a promoção de igualdade de acesso aos direitos educacionais. A participação dos movimentos sociais na manutenção dos princípios da educação do campo como sujeitos coletivos nessa modalidade de graduação é de suma importância, uma vez que, grande é o potencial dessa Licenciatura e a contribuição com a formação de intelectuais da classe trabalhadora comprometidos com as lutas para a transformação das condições de educação do campo, sendo necessário assim, desenvolver processos formativos capazes de promover o nível de consciência daqueles que estão ativamente participando dessa transformação.

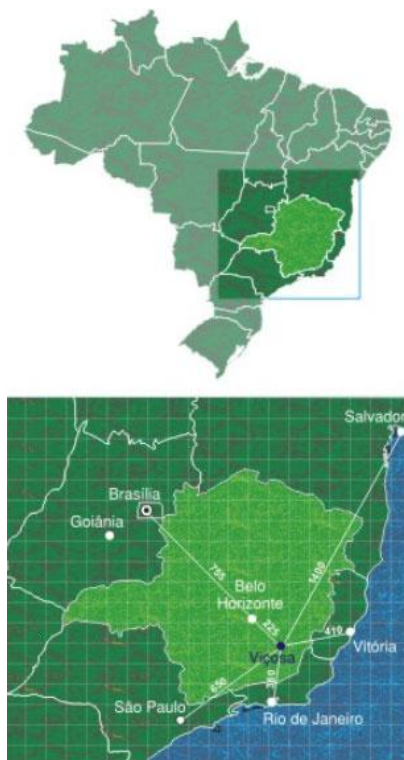
Para que o curso de Licenciatura em Educação no campo cumpra com os desafios anteriormente citados é necessário a contribuição da formação de educadores do campo que promovam vínculos com as escolas do campo e as lutas constantes que eles enfrentam para permanecer em seus territórios e ter seus direitos preservados, é a ligação direta com as lutas coletivas que assim torne uma marca diferenciada para os educadores do campo.

Capítulo IV

Educação no campo no contexto da Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Fazendo uma pesquisa bibliográfica e analisando o Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa - LICENA/UFV (2013), podemos pensar na construção de um novo projeto educacional que reafirma a importância de ações educativas como forma de inserção e também de humanização dos sujeitos do campo. Assim, veremos a seguir como que se deu início o curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Viçosa.

A Universidade Federal de Viçosa está localizada na Zona da Mata de Minas Gerais e possui uma população de, aproximadamente, 67 mil habitantes residentes e 16 mil habitantes flutuantes, estes formados por estudantes de ensino médio, graduandos e pós-graduandos, o que soma uma população estimada de 77.318 em 2015, segundo dados do IBGE (2010).



Fonte: Prefeitura de Viçosa.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV), com uma trajetória, tanto no campo nacional como internacional, é uma Universidade reconhecida pela sua excelência no ensino de graduação e de pós-graduação, na pesquisa e na extensão, sobretudo pelas suas contribuições para o desenvolvimento da agricultura. No que se refere às Licenciaturas, atenta à política de expansão das universidades públicas, a UFV volta-se para a diversificação dessa modalidade de formação, motivo pelo qual vem oferecendo dezoito (18) Cursos, assim distribuídos em dois (2) de seus Campi: treze (13) cursos no Campus Viçosa e cinco (5) no Campus Florestal. Com mais de 14.000 discentes matriculados em seus três Campi, a UFV oferece também os ensinos médio e técnico, atualmente com 480 estudantes cursando o Colégio de Aplicação - COLUNI, no Campus Viçosa - avaliado como o melhor Colégio Público de Minas Gerais e 703 estudantes cursando ensino médio no Campus Florestal. (PPP, 2013, p.9)

Segundo o Projeto Político Pedagógico, a UFV (2013), tem como:

“objetivo do curso de Licenciatura em Educação do Campo – LICENA/UFV é exercer ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior de qualidade, à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade”. (PPP, 2013 p. 11)

Sendo assim, a UFV apresenta uma política marcada por diversidade de ações e orientações que na última década, vem ampliando suas atividades com os povos do campo. Podemos pensar que a ampliação das atividades voltadas para o campo foi capaz de produzir uma expansão do diálogo institucional que pôde, de certa maneira, aproximar a luta dos Movimentos Sociais com os interesses da Universidade, uma vez que dentro de suas possibilidades coube assim, tomar decisões no que diz respeito a implementação de políticas públicas dentro dos diversos movimentos que se encontram dentro da Universidade, alguns deles que veremos mais adiante.

Ainda com base no PPP (2013), a construção da Educação do Campo - LICENA/UFV remonta ao final dos anos 1990, onde uma diversidade de grupo de agentes sociais engajados no propósito de construir possibilidades mais concreta de estabelecer à população no campo e possibilidades alternativas ao grande capital, iniciaram debates e articulações coletivas importantes.

Estas tiveram como proposta a formação de educadores do campo em docência multidisciplinar e que pudessem atuar na prática educativa dos indivíduos do campo.

Essa nova proposta foi organizada a partir de alguns fundamentos básicos para orientar os conteúdos a serem abordados, como a Agroecologia.

Nesse aspecto, cabe destacar que a construção da agroecologia na UFV surge da cooperação de professores e estudantes com agricultores familiares na Zona da Mata Mineira e com a parceria com as Organizações Sociais, como o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações e Cooperativas de Agricultores Familiares, Movimentos Sociais do Campo e Escolas Famílias Agrícolas (PPP, 2013). Este movimento busca, coletivamente, praticar uma metodologia educativa, orientada pelo resgate e pela valorização dos saberes populares, numa dinâmica apontada pela junção dos saberes populares e científicos, na produção de conhecimentos novos, úteis e compartilhados, sendo os saberes agroecológicos.

Ainda podemos destacar dentro do projeto político pedagógico, um conjunto de Programas, Projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão orientados para uma agricultura de base agroecológica que, sob outro paradigma científico, educacional e de desenvolvimento, visam o fortalecimento da agricultura familiar camponesa e da agroecologia.

À partir de uma concepção sistêmica das Ciências da Natureza, que fazem parte de uma trajetória de interação entre UFV e organizações dos agricultores propiciou o desenvolvimento de uma relação entre eles, marcada pelo respeito e pela confiança mútua, condição fundamental para o compromisso recíproco entre os diversos atores na construção da agroecologia na região e para a realização de projetos como o de criação da Licenciatura da Educação do Campo. O enfoque metodológico utilizado ao longo dessa trajetória sempre procurou respeitar, resgatar e valorizar os conhecimentos de agricultores e agricultoras para assim trabalhar o conhecimento científico na busca de maneiras sustentáveis produzidas pela agroecologia. (ppp, 2013)

Nesse mesmo sentido, utilizamos a ideia de que a agricultura se tornou historicamente definida uma vez que realizou o seu papel no campo familiar e criou suas próprias tecnologias para se adaptar ao tempo e ao lugar, dentro de uma cultura complexa que se baseia em conhecimentos da realidade, que por sua vez pode cumprir o sua missão dentro do processo educativo,

Se refletirmos a respeito da Educação do Campo é preciso traduzir o cotidiano de toda a teoria conceitual para que haja experiências de grande relevância e estabelecer uma nova perspectiva de organização social e econômica, onde a complexidade da educação se efetive na visão agroecológica.

Através desses projetos, tem-se contribuído para organizar a questão produtiva, saneamento e habitação, formação política e inclusão social, comercialização e acesso às políticas públicas, bem como atuando com relação à segurança alimentar dos envolvidos que, em um passado recente, viveram uma situação de risco. Podemos destacar outros projetos dentro da UFV que visam articular o diálogo entre Universidade e sociedade.

O Programa TEIA/UFV, em atividade desde 2005, se constitui na UFV como um dos maiores campos de diálogo entre universidade e movimentos sociais e, conseqüentemente, entre universidade e sociedade. Esse Programa objetiva, como principal proposta, “unificar projetos de extensão que possuam como base ações integradoras e de intensa participação popular, propiciando uma ecologia de saberes que difere dos clássicos difusionismo, assistencialismo e mera prestação de serviços” (Universidade Federal de Viçosa, 2013).

Na perspectiva de Santos, Barbosa e Kollin (2013), o que se destaca dentro do programa é a presença de uma atitude investigativa e a pesquisa da realidade e a capacitação dos envolvidos e produção do conhecimento que está totalmente ligados e extensão universitárias, conduzida pelos pressupostos metodológicos e da pesquisa de ação. Os acadêmicos que são vinculados ao TEIA estão em constante contato com os movimentos sociais e populares para ter uma convivência contínua de vivência da realidade das comunidades.

Dada a proximidade do Programa aos movimentos do campo, a agroecologia, estreitamente relacionada à educação do campo, torna-se uma de suas principais bandeiras. A agroecologia se baseia na transdisciplinariedade e propõe um desenvolvimento sustentável e holístico do ser humano. Está voltada para a melhoria da qualidade de vida, a segurança e soberania alimentar, a inclusão social, a cooperatividade, a oportunidade de permanência do homem no campo, dentre outros. Em termos de produção agrícola, a agroecologia propõe que haja uma combinação entre a dinâmica natural dos ecossistemas com cultivos agrícolas, procurando alcançar e respeitar a biodiversidade (GUZMÁN; MOLINA, 1996, p. 162).

O Departamento de Educação da UFV tem consolidado o projeto político-pedagógico de uma Educação do Campo que valorize a história, a cultura, a cidadania e a inclusão social de quem vivem na zona rural. O método conhecido como pedagogia da alternância permite que os alunos alternem períodos na escola e no meio familiar,

conciliando a formação técnica na propriedade com a formação teórica na escola, preparando-os para a vida associativa e comunitária. Onde juntamente com a visão de Caldart,(2014), tem a perspectiva de educação como um direito de todos e que assume o desafio de se pensar em uma política de educação que se preocupe com a maneira de se educar o indivíduo do campo, que assim, possa arquitetar uma educação de qualidade dentro da dinâmica de formação desses sujeitos de direito. (PPP, 2013)

O Movimento da Educação do Campo, ao longo de 15 anos de existência, tem como uma de suas lutas principais a construção de políticas públicas que garantam o direito da população do campo a uma escola e a uma educação do campo (Caldart, 2004). “É nesse contexto que afirmamos a agroecologia, enquanto movimento, prática e ciência como alternativa a um modelo de agricultura e de sociedade e, portanto, de fortalecimento da educação do campo” (UFV, 2013).

Nessa perspectiva, muitas possibilidades e desafios são vivenciados pelos educadores e educandos no cotidiano escolar e de outros espaços socioeducativos, ao buscarem transformar informações em conhecimento; ao tentarem se comunicar, argumentar, criticar, propondo o diálogo ao exercitarem a compreensão, como parte do agir, no enfrentamento de problemas cotidianos, em estado permanente de aprendizado e reflexão interdisciplinar, cientes de que a verdade do conhecimento é uma procura, não uma posse.

Como base da proposta educacional do curso de Licenciatura em Educação do Campo, o projeto político pedagógico visa o desenvolvimento de formação seja abordado de forma multidisciplinar e que articule as práticas dos saberes escolares juntamente com as próprias experiências dos sujeitos para serem reproduzidos entre eles, para que seja possível formar educadores com a possibilidade de gerir diversos processos educativos que acontecem nas escolas do campo. Assim, o curso busca a superação dos espaços e tempos de educação e de formação de cada sujeito, que vai além da sala de aula para o conhecimento da experimentação e reprodução das vivências do ensino do campo.

Nesse aspecto, o acúmulo das experiências, ações e espaços de aprendizagens que têm sido desenvolvidos na trajetória da educação do campo e da agroecologia na UFV, nas últimas décadas, no qual se fundamenta a proposta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, é apontada pela prática da interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Fazendo com que essa proposta de criação do Curso de Licenciatura na Educação do campo represente a possibilidade de

consolidação da articulação de espaços e de experiências bem sucedidas de formação universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve como objetivo discutir a proposta educacional no e do campo, focando assim na luta dos Movimentos Sociais em busca de uma educação de qualidade que possibilite que a população do campo tenha acesso aos seus direitos como cidadãos, uma vez que a educação no campo muitas vezes foi deixada de lado e questões como essa são difíceis de serem tratadas, por envolverem vários aspectos sociais: o governo, a sociedade, a profissionalização dos professores e o preconceito.

Com base nesse estudo, podemos entender a educação no campo como processo de formação de acordo com o conhecimento de experiências sócio-educativas tratadas aqui, que mostram o cotidiano da luta não só pela educação, mas também por terra e espaço da comunidade camponesa, assim podemos afirmar que a formação do indivíduo, não só do campo, é uma via de mão dupla, uma vez que acontece de práticas sociais e resulta também dessas práticas e movimentos sociais.

Ao longo da pesquisa analisou-se a metodologia de educação e dos educadores do campo, podendo assim, refletir sobre essa nova proposta educacional muito mais ampla do que a estamos acostumados e somos levados a acreditar que é a mais certa a ser aplicada em nossa sociedade, vemos que diversos são os desafios encontrados ao longo desse caminho, desafios políticos e também práticos que hoje vemos em relação à educação no campo, do ponto de vista da metodologia de ensino o objetivo foi verificarmos a importância da complexidade dessa nova categoria.

Visto isso, podemos destacar alguns pontos importantes em relação aos desafios encontrados na educação do campo. A pressão política é um elemento importante, viu-se que foram mobilizações que possibilitaram a garantia de políticas públicas para o acesso cada vez mais amplo dos camponeses e trabalhadores do campo à educação. Para ser capaz de romper com a estrutura de valores é necessário radicalizar a pedagogia do movimento para que se preparem os trabalhadores para a construção de um novo modelo de produção de educação e para novas relações sociais.

Frente às reivindicações dos movimentos sociais em relação às políticas de formação de docente a formação de educadores no campo sempre será prioridade, para assim servir como agente de participação na construção de novo projeto de desenvolvimento do país, que dê lugar para o campo como prioridade, que à partir das

lutas por direito foi conquistando seu espaço e agora busca uma política específica para formação de educadores.

Com essa luta emplacada podemos exemplificar com as licenciaturas em educação do campo, visando como cursos permanentes, que podem servir de exemplos daquilo que já vem sendo conquistado, importante ressaltar a importância da continuação dessa modalidade de graduação desenvolver espaços para projetos de pesquisa e extensão, como a adesão no PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência). As Licenciaturas em Educação é também uma porta aberta para outros cursos de graduação na mesma área de conhecimento, ligada a conhecimentos específicos, à agroecologia e outros que contribuísse para a construção tecnológica de uma produção do campo.

Sendo assim, é de suma importância a participação social nas políticas públicas voltadas para a educação no campo na atual realidade, uma vez que os preconceitos diante do conhecimento e tecnologia já não deveriam mais existir. E pensar a educação no campo como um processo de construção de educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, isso é pensar na educação como política e pedagogia desde seus interesses sociais, políticos e até mesmo culturais de um determinado grupo específico e pensar a educação como um processo universal interagindo suas particularidades e sujeitos concretos e específicos.

Outra questão importante é questionar a forma como os currículos para educação no campo têm sido produzidos, quais os conhecimentos foram considerados válidos e quais valores de cultura estão sendo levados em foco para se tornar apropriados a possibilidade de identidades de fronteira, já que essas identidades são temporárias e estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo.

Diante disso, podemos observar nesse trabalho que não se trata apenas de propor um modelo pedagógico de educação para o campo, mas construir juntamente com a comunidade referências para serem estabelecidas dentro da pedagogia da escola, que, por sua vez, permita que trouxesse identidade para os sujeitos e que ajude a descrever um projeto político pedagógico específico para a educação no campo.

Podemos perceber assim que a Educação no Campo é diretamente ligada com a luta dos movimentos sociais e da comunidade camponesa, e com esse processo têm sido de importante construção para os educadores e educadoras que têm formados os seus próprios processos de constituição da Educação no campo e podem assim, potencializar

os programas e as políticas específicas de formação de professores buscando assim ocupar um lugar na agenda política do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. **A escola do campo e a pesquisa do campo: metas.** In: MOLINA, Mônica (org). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.** Brasília, MDA, 2006.

ARROYO, Miguel G. Arroyo. **Os movimentos sociais e a construção de outros currículos.** *Educar em Revista*, 2015, 55.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores (as) do campo.** *Cad. Cedes, Campinas*, 2007, 27.72: 157-176.

A Educação do Campo como Pedagogia contra a “Pobreza Política”. Disponível em:

<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/377/137>. Acesso 14 out. 2015

A voz do campo. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/207/a-voz-do-campo-318118-1.asp>. Acesso em 14 out. 2015

BRASIL. **Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo.** Brasília-DF, junho de 2009.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>. Acesso em: 23/05/2013

_____. Resolução N. 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Brasília/DF: MEC/SECAD, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção.** In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete;

CALDART, Roseli Salete. **Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área?** In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (Orgs.). **Licenciaturas em Educação do Campo - Registros e reflexões a partir das experiências piloto.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHAUÍ, M. **A sociedade democrática.** In: MOLINA, M. C.; TOURINHO, F.C.

CASASSUS, J. **A escola e a desigualdade.** Brasília/DF. Plano Editora, 2002.

CARVALHO, Marize Souza. **Formação de Professores e Demandas dos Movimentos Sociais: A Universidade Necessária.** Dissertação de Mestrado,

Universidade Federal da Bahia Faculdade de Educação Programa de Pós- Graduação em Educação. Bahia, 2003.

COSTA, Sidnei Alves. **Os Sem Terra e a Educação: um estudo da tentativa de implantação da Proposta Pedagógica do MST em escolas no Estado de São Paulo.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2002.

DA SILVA, Lourdes Helena. **Educação Rural em Minas Gerais: origens, concepções e trajetória da Pedagogia da Alternância e das Escolas Família Agrícola.** Revista Educação em Perspectiva, 2012, 3.1.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas.** Universidade Federal do Ceará. Educ. Pesqui. vol.30 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2004.

Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo. Disponível em :http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_228.pdf. Acesso 15 out. 2015.

Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.** Diário Oficial da União. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Cristina/Downloads/16559-34707-1-PB.pdf>. Acesso 15 out. 2015

Decreto organiza políticas públicas educacionais no campo. Educação no campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=16002:decreto-organiza-politicas-publicas-educacionais-no-campo>. Acesso 15 out. 2015

Desigualdades em campo. Revista Educação, Agosto/2011. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp>. Acesso 16 out. 2015

DOS ANJOS, M. P. (2015). **Institucionalização Da Formação Superior Em Educação Do Campo: Materialização Dos Princípios Na Licenciatura.** Revista Educação em Perspectiva, 6(2).

DOS SANTOS, Cláudio Félix. **A Educação No Espaço Rural E A Licenciatura Em Educação Do Campo.** Revista HISTEDBR On-Line, 2014, 14.55.

Educação rural e o desenraizamento do educador. Revista Espaço Acadêmico – N° 49 – Junho/2015 – Mensal – INSS 1519.6189. Disponível em:<http://www.espacoacademico.com.br/049/49cmartins.htm>. Acesso 16 out. 2015

FERNANDES, Bernardo Maçando; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da Educação do Campo.** In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. (Orgs.). Por uma educação do campo - contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2005.

FORA DA ESCOLA NÃO PODE! O Desafio da Exclusão Escolar. Brasília, 2013
UNICEF Campanha Nacional pelo Direito à Educação Brasília, 2013

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España.** In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (Ed.). El campo y la ciudad. Madrid: MAPA, 1996. p.153-197.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Movimentos sociais do campo e educação: referências para análise de políticas públicas de educação superior.** Revista Eletrônica de Educação, 2014, 8.1: 133-150.

KREMER, A. **A nucleação escolar e o processo de desenraizamento nas comunidades rurais do município de Bom Retiro/SC. Anais do I Seminário de pesquisa em Educação do Campo.** Santa Catarina: UFSC, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Brasília, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 20011. p.147-158.

MOLINA, M. C. (2015). **Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades.** Educar em Revista, (55).

MOLINA, M. C., & Antunes-Rocha, I. (2014). **Educação Do Campo: História, Práticas E Desafios No Âmbito Das Políticas De Formação De Educadores– Reflexões Sobre O Pronera E O Procampo.** Reflexão e Ação, 22(2), 220-253.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. **A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: Estratégias Político Pedagógicas na formação de educadores do campo.** In: UFMG. UnB. UFS. UFBA. (Orgs.). Licenciaturas em Educação do Campo – Registros e reflexões a partir das experiências piloto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 35-64.

No campo, o ensino é pior. Ministério da Educação assume que índice oficial tem distorção. Revista Nova Escola.

Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/campo-ensino-pior-425395.shtml>. Acesso 16 out. 2015

Observatórios sociais como promotores de controle social e accountability: reflexões a partir da experiência do observatório social de Itajaí. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/244/186>. Acesso 16 out. 2015

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano.** Educação & Sociedade, Campinas, 2007, 28.99: 355-375

Pobreza e Igualdade 2011: América Latina, As desigualdades entre áreas rurais e urbanas estão significativas, aponta relatório - 26/04/2012. Disponível em: <http://www.envolverde.com.br/noticias/as-desigualdades-entre-areas-rurais-e-urbanas-estao-significativas-aponta-relatorio/>. Acesso 12 out. 2015.

PRONERA - **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Manual de Operações.** Edição Revista e Atualizada, aprovada pela Portaria INCRA/P/nº 282 de 26 de abril de 2004, Brasília, DF.

ROSSI, Rafael; DEMO, Pedro. **A Educação do Campo como Pedagogia contra a “Pobreza Política”.** Revista Educação em Perspectiva, 2014, 5.1.

SANTOS, Marcelo Loures dos; BARBOSA, Willer Araújo; KÖLLN, Manuelli. **TEIA/UFV extension program: university education for knowledge ecology.** Educação em Revista, 2013, 29.4: 69-98.

SOUZA JÚNIOR, J.G. **Introdução crítica ao direito agrário.** Brasília. Editora UnB; IOESP, 2003.

SOUZA, M. A. de (org.). **Práticas Educativas no/do Campo.** Ponta Grossa: UEPG, 2011.

SCHWAAB, Bernadete. **Nossa luta é nossa escolar: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos.** Dossiê MST-Escola, Setor de Educação do MST, 2005.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Editora Autores Associados, 2002

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo.** Cad. Cedes, Campinas, 2007, 27.72: 121-135.